



## **GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental**

### **Coordenador(es):**

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

### **Sessão 1**

**Debatedor/a:** Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

### **Apontamentos sobre a morte autoinfligida entre os Ye?kwana**

**Autoria:** Karenina Vieira Andrade (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Nos últimos anos, tem crescido a produção antropológica que trata do tema da morte voluntária em diferentes mundos indígenas sul-americanos. Tais etnografias tem se debruçado sobre possibilidades e impossibilidades de compreensão da morte auto infligida na chave do suicídio e, especialmente, no campo da saúde mental. Para além do debate acerca das possibilidades de tradução e compreensão de certas práticas indígenas pelo mundo não indígena, tais questões fazem emergir uma reflexão sobre mediações possíveis entre as práticas indígenas de auto cuidado e prevenção e outras práticas fomentadas a partir da presença e atuação dos profissionais de saúde, notadamente das ciências psi, nas comunidades indígenas. O presente work procura refletir e dialogar com/sobre todas estas questões à luz da experiência de pesquisa etnográfica junto aos Ye?kwana, habitantes de três comunidades no Brasil situadas em Roraima, na Terra Indígena Yanomami. Buscando compreender o fenômeno da morte voluntária no mundo ye?kwana, procuro dialogar também com outros contextos etnográficos das terras baixas sul-americanas. Como pano de fundo, procuro pensar em que medida a reflexão antropológica sobre o a morte auto infligida tem potencial para fomentar a construção de uma perspectiva interdisciplinar sobre o tema, bem como repensar práticas terapêuticas em diferentes contextos etnográficos.

[Trabalho completo](#)



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: